

Sumário

Abreviaturas Utilizadas	XVII
Resumo	XXIII
Abstract	XXV
Nota à 2ª edição	1
Prefácio	3
Introdução	5
Capítulo 1 – O Poder Público em Juízo e a Crise do Poder Judiciário no Brasil	11
1.1. Poder Judiciário e crise: causas e efeitos	11
1.2. Poder Judiciário e o seu principal usuário: o Poder Público	25
1.2.1. Judicialização das controvérsias envolvendo a Administração Pública	28
1.2.2. Intransigência do Estado em juízo	43
1.3. O perfil da Administração Pública a partir da CRFB/88.....	45
1.3.1. A redefinição dos paradigmas do Direito Administrativo brasileiro	46
1.3.2. O cidadão como foco principal da Administração Pública.....	52
1.3.3. Novos limites para a autotutela administrativa	53
1.3.4. Convalidação de atos administrativos ilegais	56
1.4. Advocacia Pública na contemporaneidade e seus instrumentos para o controle do Poder Público	65
Capítulo 2 – O Poder Público e os Meios Adequados de Resolução de Conflitos Administrativos	75
2.1. Meios adequados de resolução de conflitos.....	75

2.1.1. Acesso à Justiça: primeiros estudos no Brasil.....	75
2.1.2. Acesso à justiça e os meios adequados de resolução de conflitos	79
2.1.3. A questão terminológica	83
2.1.4. Cultura jurídica vigente e a necessidade de sua transformação.....	86
2.2. Meios adequados de resolução de conflitos em espécie	95
2.2.1. Negociação	96
2.2.2. Conciliação	98
2.2.3. Mediação	103
2.2.4. Arbitragem.....	123
2.3. Utilização dos meios adequados de resolução de conflitos pelo Poder Público.....	131
2.3.1. Fundamentos constitucionais.....	131
2.3.2. Previsões normativas específicas no plano federal	136
2.3.3. Os meios adequados de resolução de conflitos e o Poder Público	138
2.3.3.1. Negociação, conciliação e mediação administrativas	141
2.3.3.2. Arbitragem e o Poder Público	150
2.3.4. Especificidades da aplicação dos meios adequados de resolução de conflitos envolvendo o Poder Público.....	154
2.3.4.1. Isonomia administrativa	154
2.3.4.2. Publicidade dos atos administrativos.....	158
2.3.4.3. Pagamento por precatório	161
Capítulo 3 – A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal	167
3.1. Histórico.....	168
3.2. Estrutura e composição	170
3.3. Admissibilidade: competência e legitimidade.....	175
3.4. Dinâmica do procedimento	191

3.5. Vinculação administrativa quanto aos compromissos assumidos e aos acordos firmados.....	194
3.6. Representações de alguns atores envolvidos.....	206
3.6.1. Entrevista 1.....	207
3.6.2. Entrevista 2.....	210
3.6.3. Entrevista 3.....	211
3.6.4. Entrevista 4.....	212
3.7. Panorama quantitativo.....	217
Capítulo 4 – Atuação Concreta da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal: Análise de Casos	221
4.1. Casos representativos de controvérsias envolvendo matéria ambiental e territorial	222
4.1.1. Reserva Biológica do Guaporé x Comunidade quilombola de Santo Antônio do Guaporé.....	223
4.1.2. Reforma da rodovia BR-319 e o licenciamento ambiental para a realização da obra.....	230
4.2. Casos representativos de controvérsias envolvendo matéria patrimonial.....	231
4.2.1. União x UFRJ e Canecão.....	232
4.2.2. Cessão de imóveis que haviam sido cedidos com cláusula proibitiva de cessão	238
4.2.3. União x Companhia Docas do Estado de São Paulo: titularidade de imóvel situado na cidade de Laguna/SC	241
4.2.4. Construção de linha de transmissão pela ELETRONORTE passando por terreno da UFRR.....	245
4.2.5. Fazenda Ipanema: ação de reintegração de posse de área ocupada por trabalhadores rurais sem-terra, integrantes do MST.....	246
4.3. Casos representativos de controvérsias envolvendo matéria fiscal.....	254
4.3.1. Competência da CCAF para atuar em controvérsias envolvendo matéria tributária	255

4.3.2. Município do Recife x União Federal	258
4.3.3. Repasse da cota-parte pelo exercício de atividade de exploração mineral.....	262
4.3.4. Isenção tributária do INSS sobre imóveis de sua propriedade	266
4.3.5. Exigência da Caixa Econômica Federal de adimplência dos órgãos e entidades da Administração do Estado de Alagoas para celebração de contrato de repasse	271
4.4. Casos representativos de controvérsias envolvendo matéria de competência administrativa.....	273
4.4.1. Ministério da Cultura x Ministério das Relações Exteriores: declaração sobre obras de Rodin.....	275
4.4.2. Adequação dos serviços do “banco postal” aos direitos dos consumidores.....	277
4.4.3. FUNASA x FUNAI: problemas e deficiências no atendimento da saúde indígena no Município de Imperatriz/MA	281
4.4.4. União x INSS: complementação de pensão de ex-ferroviário.....	283
Conclusão	287
Referências Bibliográficas.....	307